

# O EMPOBRECIDO MERCADO INTERNO CONSUMIDOR

Julio Gomes de Almeida

Diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)

Tema que tem preocupado intensamente o setor empresarial e se coloca como um dos grandes desafios econômicos brasileiros para a presente década, o mercado interno consumidor já foi a “jóia da coroa” da economia brasileira. Formado ao longo dos intensos processos de industrialização e urbanização que o Brasil experimentou no século XX, foi o dinamismo do mercado interno a base da atração de investimentos externos para o país e o alicerce de uma economia que alcançou uma das maiores taxas de crescimento do mundo no século passado e passou a figurar entre as dez maiores do planeta.

Seguramente, essa foi uma trajetória que vigorou desde o início da industrialização, nos anos 1930, até a década de 1970. Nas décadas seguintes, o recuo relativo da indústria e um processo inflacionário prolongado — interrompido somente a partir de 1994 com o Plano Real — bloquearam o dinamismo do mercado interno. Nos últimos nove anos, após um grande impulso provocado pelo Plano, o mercado interno estagnou e é isto o que está na base de resultados tão negativamente expressivos para importantes setores industriais brasileiros.

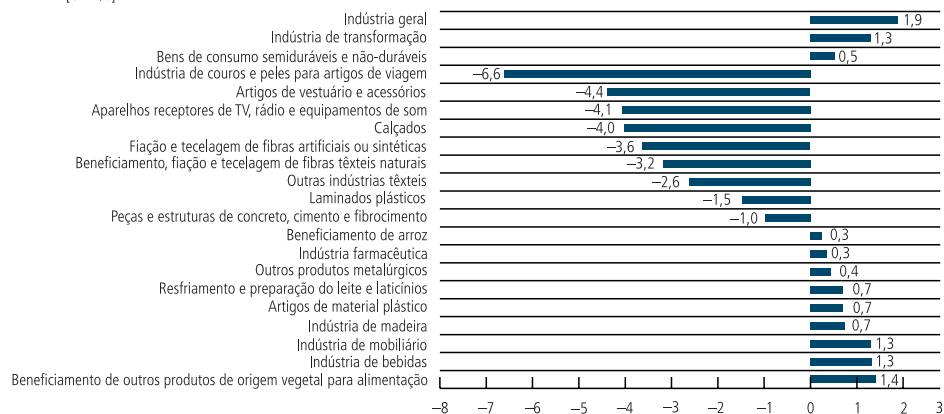
O gráfico a seguir seleciona alguns setores dentre os de maior relação com o mercado interno. Entre os anos de 1995 e 2003, as indústrias têxtil e de vestuário, calçados, produtos de couro, eletrônicos de consumo, produtos de plásticos e produtos para construção

GRÁFICO 1

## Variação da Produção Industrial — 2003-1994

Médias dos Períodos Jan./Ago.

[em %]



Fonte: Dados básicos do IBGE.

declinaram a sua produção, considerando o período janeiro-agosto, entre 10% e 30%, chegando a percentuais ainda maiores em alguns casos. Vários outros setores cresceram muito pouco, como beneficiamento de arroz, laticínios, indústria farmacêutica, madeira e móveis e bebidas. A produção industrial geral cresceu 1,9% em média entre esses anos, taxa que pode ser considerada baixa. No entanto, o setor produtor de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, que tem maior relação com o mercado interno de consumo e que não responde com a mesma intensidade do segmento de bens de consumo duráveis aos estímulos do crédito, cresceu ainda menos: 0,5%.

Os dados da PNAD, recentemente divulgados pelo IBGE para o ano de 2002, permitem avaliar a trajetória recente do mercado interno de bens de consumo. A base desse mercado é a massa de rendimentos das pessoas. Sabemos que o mercado interno responde ao volume de crédito ao consumidor, mas também que este volume é pequeno na economia e beneficia apenas alguns segmentos industriais, como os bens de maior valor unitário, notadamente os bens duráveis de consumo (automóveis, eletrodomésticos etc). O volume de crédito às pessoas físicas no Brasil corresponde a apenas 5% do PIB. A massa de rendimentos das pessoas de dez anos e mais, calculada com base na PNAD, representava 50% do PIB em 2002, de modo que a base do mercado de consumo no Brasil é, de fato, constituída pela massa de rendimentos.

O Plano Real proporcionou um forte aumento da massa de rendimentos da população. Entre 1993 e 1995 (não há dados para 1994), a massa real de rendimentos cresceu 36%. Foi isso o que alimentou as expectativas de uma forte evolução do mercado interno e orientou a formação de capacidade produtiva na indústria em segmentos de bens duráveis (casos de automóvel, geladeira e bens eletrônicos de consumo) e mesmo do setor de não-duráveis, pois se contava com a diversificação do consumo de uma população desfrutando então de maior rendimento. As apostas com relação ao dinamismo do mercado consumidor também condicionaram a demanda por ativos da privatização e a formação de capacidade de fornecimento de serviços de utilização generalizada pela população (energia elétrica, telefonia etc). Muitos dos investimentos foram frustrados devido à trajetória do mercado interno consumidor nos anos seguintes.

Tendo como base o ano de 1995, a massa real de rendimentos aumentou pouco até o último ano disponível — 2002: apenas 12,1% para o agregado de Brasil, ou o correspondente a 1/3 do crescimento da massa de rendimentos apurada entre 1993 e 1995. Na região Sudeste, que concentra 55% da massa de rendimentos do país, o crescimento foi ainda mais baixo: 8,8%. Em termos anuais a média do crescimento do período recente, 1,6%, é muito próxima ao crescimento populacional, de forma que o mercado consumidor potencial brasileiro cresceu vegetativamente no período.

Os dados da PNAD também permitem averiguar os fatores gerais responsáveis pelo fraco crescimento da massa de rendimentos. Primeiramente, devido ao crescimento baixo da economia, as oportunidades de emprego criadas somente permitiram um crescimento no número de pessoas ocupadas, de 12,3% no período como um todo e 1,7% como média anual. Note-se, no entanto, que o número de pessoas com dez anos e mais com rendimento aumentou 23,9% (ou 3,1% em média anualmente) no período, certamente correspondendo à execução de programas sociais e de cunho previdenciário, o que amenizou o efeito do baixo dinamismo do mercado de trabalho sobre a massa de rendimentos da população.

Em segundo lugar, destaca-se o declínio do rendimento médio real do trabalho. Considerando o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas de dez anos e mais ocupadas, este caiu 5,1% no período como um todo e 0,7% como média anual. A queda do rendimento médio refletiu uma evolução do emprego que, além de baixa, foi acompanhada da maior proporção de pessoas ocupadas em condições de trabalho (sem carteira e por conta própria) e setores (setores não-industriais) onde a remuneração é menor. Aqui também cabe observar o efeito de políticas de renda: considerando todos os rendimentos das pessoas de dez anos e mais com renda, o rendimento médio caiu 3,4% no período como um todo e 0,5 em média anualmente.

Em suma, a massa de rendimentos que forma o mercado interno consumidor brasileiro cresceu muito pouco nos últimos anos, o que afetou severamente o crescimento dos setores da economia voltados ao mercado interno. Políticas de rendas atenuaram os efeitos desse fraco dinamismo, que, no entanto, se impôs devido ao baixo crescimento da economia que gerou insuficiente número de empregos e concorreu para o crescimento proporcionalmente maior de ocupações de menor rendimento e proteção social.